

Greve da Caixa trava financiamento imobiliário

Banco comunicou, na manhã desta quinta-feira, o ajuizamento de dissídio coletivo junto ao Tribunal Superior do Trabalho

/ BANCOS

Giovanna Sommariva

giovanna@jornaldocomercio.com.br

Chega ao 15º dia a greve dos bancários da Caixa em todo o País nesta quinta-feira. A mobilização é motivada principalmente por um impasse nas negociações relacionadas ao plano de saúde da categoria. Após a audiência de mediação no Tribunal Superior do Trabalho (TST), promovida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), encerrar sem acordo na quarta-feira, a Caixa comunicou, na manhã desta quinta, o ajuizamento de dissídio coletivo. A questão afeta financiamentos imobiliários e, consequentemente, o setor imobiliário como um todo.

Feito o ajuizamento, a disputa trabalhista é levada ao julgamento do TST, mas, por enquanto, a greve segue por tempo indeterminado. Na avaliação de Ricardo Prada, diretor do Sinduscon-RS, a judicialização do conflito, embora possa resultar em uma determinação judicial para que cerca de

metade do contingente volte às agências, não garante uma solução efetiva para o represamento no setor imobiliário e na construção civil.

No Rio Grande do Sul, a paralisação das operações financeiras acendeu um alerta no segmento. Prada destaca que a greve iniciada no dia 10 de setembro já atinge toda a cadeia produtiva. “Impacta na falta de recursos, no eventual vencimento de análises de crédito dos clientes que já tinham financiamento pré-aprovado, e que têm prazos para vencimento”, explica. Embora o prazo não costume ser pequeno, clientes podem perder a possibilidade de financiar suas faturas.

Segundo o dirigente, a estimativa do setor é de uma queda drástica na formalização de novos financiamentos. “Os repasses bancários estão muito paralisados porque as etapas de entrevista, que são feitas presencialmente pelos gerentes nas agências, não estão acontecendo, ou estão acontecendo em um ritmo muito lento”, afirma.

Ele acrescenta, ainda, que a falta de assinaturas paralisa a remuneração de outros agentes do setor. “Os corretores de imóveis e os correspondentes bancários só recebem após as assinaturas no banco. Se não tiver assinatura, ninguém é remunerado”, resume. “Quando a gente fala que a Caixa está em greve, está todo mundo em greve”, complementa.

Vinicius Dal Castel, ouvidor e conselheiro do CRECI-RS, relata a apreensão da categoria com os processos paralisados nas agências. “Temos relatos de corretores sendo diretamente prejudicados. Alguns clientes estão postergando a decisão de compra diante da insegurança sobre os prazos e, em outros casos, o imóvel já foi adquirido, mas a conclusão depende da liberação do financiamento”, afirma Dal Castel. “Como muitas comissões são pagas somente após a liberação dos recursos, o corretor acaba ficando sem receber enquanto o processo não avança.”

Dal Castel destaca a forte dependência do mercado imobiliário em relação ao banco público.



DJAIIR BRILHANTE / SINDBANCÁRIOS/DIVULGAÇÃO/JC

Greve de funcionários do banco chegou ao 15º dia nesta quinta-feira

“A Caixa responde por cerca de 68% do mercado de crédito imobiliário brasileiro e por mais de 99% dos financiamentos do Minha Casa, Minha Vida”, pondera. Diante desse cenário, a entidade orienta a busca por alternativas no mercado privado para evitar o travamento total dos negócios. Uma das orientações do CRECI-RS é avaliar, quando possível, alternativas de financiamento em outras instituições bancárias.

De acordo com levantamento realizado pelo SindBancários

Porto Alegre na quarta-feira (23), entre agências e unidades, que incluem serviços administrativos, 51 estabelecimentos estavam completamente parados e 25 operavam de forma parcial. Não há um levantamento de quantos trabalhadores aderiram à greve na capital gaúcha.

Trabalhadores em greve se encontram diariamente, desde o início da paralisação, em um piquete na Praça da Alfândega, em frente ao edifício-sede do banco no Centro Histórico.

Modernização tributária e Inteligência Artificial são grandes desafios para 2027

/ REFORMA TRIBUTÁRIA

Osni Machado

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A reforma tributária do consumo não representa apenas uma mudança na legislação. A implantação do novo modelo depende diretamente da capacidade tecnológica das administrações tributárias e das empresas, ao mesmo tempo em que a Inteligência Artificial (IA) amplia a automação de tarefas e desloca o profissional de tributos para funções de análise, estratégia e governança. Essa foi uma das principais conclusões do 16º encontro do Instituto de Gestão Empresarial de Tributos (IGET), realizado nesta quinta-feira, em Porto Alegre, que reuniu representantes da Receita Federal, do Comitê Gestor do IBS, empresas e especialistas para discutir os efeitos da transformação digital sobre a gestão tributária.

Para Marcos Flores, auditor fiscal da Receita Federal do Brasil e gerente do Projeto de Implementação da Reforma Tributária do Consumo na Receita Federal, a própria estrutura tecnológica disponível atualmente é uma das condições

que tornam possível a implantação do novo sistema.

Segundo Marcos Flores, a legislação continua sendo a base da tributação, mas sua aplicação passa a ocorrer diretamente nos sistemas. Por isso, as empresas precisam compreender a direção adotada pelas administrações tributárias e preparar seus próprios ambientes tecnológicos para essa mudança.

A avaliação foi reforçada por Ricardo Neves Pereira, subsecretário da Receita Estadual do Rio Grande do Sul e diretor de Tecnologia da Informação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS). Para ele, não se trata apenas de modernizar o modelo baseado em ICMS e ISS, mas de construir um novo sistema tributário, com conceitos e mecanismos que exigirão uma infraestrutura tecnológica de grande escala. Entre os exemplos está o split payment, que deverá conectar mais de 100 instituições financeiras a uma plataforma pública nacional para permitir a apuração e a compensação de créditos em praticamente tempo real.

Para Heron Charneski, presidente do IGET, a entidade organizadora do encontro, reforma tri-

butária e tecnologia estão entre as principais preocupações das companhias para 2027, juntamente com a expansão da Inteligência Artificial e das transformações digitais que já afetam executivos e conselhos de administração.

A avaliação do IGET é de que os impactos não ficam restritos às áreas fiscal e tecnológica, alcançando a própria organização das empresas e suas decisões de gestão. No debate sobre IA, os participantes convergiram em um ponto: a tecnologia tende a assumir parte crescente das atividades repetitivas, mas não elimina a necessidade de profissionais capazes de interpretar informações, avaliar riscos e tomar decisões.

Waine Peron, sócio da Consultoria Tributária na EY Brasil, afirmou que agentes inteligentes já permitem automatizar tarefas como o acompanhamento de alterações legislativas, a identificação de impactos e a organização das informações para posterior revisão humana.

Para Priscila Valin, head de Tax e diretora do IGET, um dos obstáculos para a adoção mais ampla da Inteligência Artificial está antes mesmo da ferramenta: na

qualidade e na padronização dos dados utilizados pelas empresas. Informações que chegam desestruturadas dos sistemas de gestão dificultam a automação e reduzem o potencial das soluções tecnológicas. Na avaliação da executiva, a IA pode liberar os profissionais de tributos de atividades de digitação e elaboração de planilhas para que assumam funções mais estratégicas. A adoção da tecnologia, entretanto, acrescenta responsabilidades de governança.

Roberto Decourt, professor de finanças e integrante do Conselho Fiscal da Lojas Renner, destacou que a responsabilidade pela gestão de riscos e pela integridade da companhia permanece com o Conselho. Como a IA não possui responsabilidade jurídica, é necessário estabelecer quem responde por uma decisão apoiada pela ferramenta e garantir rastreabilidade sobre a forma como aquela recomendação foi construída.

Na Receita Federal, o avanço tecnológico também é acompanhado por mecanismos de controle. Marcos Flores explicou que a administração tributária passou de processos baseados em papel para ambientes digitais e, agora,

avança em direção a um modelo de Compliance by Design e Tax Just Happens. Parte relevante da conformidade é incorporada aos próprios processos e sistemas. A Receita já utiliza Big Data e Machine Learning em análises preditivas e, no uso da IA, mantém como premissas o sigilo fiscal e a supervisão humana. Essa transformação também depende de aproximação entre Fisco e empresas.

Nesse processo, o conceito de Compliance by Design apresentado pelo subsecretário da Receita Estadual aponta para uma mudança de lógica: em vez de concentrar a conformidade em procedimentos posteriores à operação, o objetivo é incorporar regras e controles aos sistemas desde a origem. A expectativa apresentada é que até 95% das empresas possam chegar a um modelo no qual grande parte da apuração seja automatizada e reste ao contribuinte a confirmação dos saldos e das operações. Segundo Pereira, em 1º de janeiro de 2027 já estarão disponíveis guias para arrecadação de CBS e IBS e sistemas de apuração assistida. A previsão apresentada para o split payment totalmente automatizado é outubro de 2027.